Sob pressão
GLOBAL EXTREMA

Turquia e Austrália sediam, a partir de segunda-feira, a COP31, com a participação de 200 nações, num cenário de cobranças por mais financiamento aos países em desenvolvimento, redução dos combustíveis fósseis e o combate à crise energética

» RAFAELA LEITE*

A cidade turca de Antália recebe, a partir desta segunda-feira (9), a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), em meio ao agravamento da crise climática e à pressão internacional por medidas efetivas para conter o aquecimento global. A redução da dependência dos combustíveis fósseis, o financiamento climático e a transição energética estão entre os principais desafios da agenda. A edição terá uma configuração inédita: enquanto a Turquia assume a presidência do encontro, a Austrália ficará responsável pela condução das negociações diplomáticas.

Após sediar a COP30, em Belém, o Brasil passa o comando do encontro à Turquia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou presença. A expectativa é que as discussões avancem na implementação do Acordo de Paris, firmado em 2015, e na definição de medidas para reduzir as emissões e preparar os países para os impactos das mudanças climáticas. A conferência reunirá representantes de quase 200 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), além de líderes mundiais, cientistas, organizações ambientais e integrantes da sociedade civil.

Uma das contribuições brasileiras para a agenda será a continuidade dos Mapas do Caminho apresentados pela presidência da COP30. Os documentos propõem estratégias para orientar duas frentes: a transição para longe dos combustíveis fósseis e o combate ao desmatamento e à degradação florestal.

A urgência das negociações é reforçada pelos indicadores climáticos. As políticas adotadas pelos países ainda são insuficientes para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Ondas de calor, secas prolongadas e enchentes cada vez mais severas evidenciam a necessidade de reduzir as emissões e ampliar as medidas de adaptação, sobretudo para proteger as populações mais vulneráveis.

Para o engenheiro florestal e gerente senior de Economia da Biodiversidade da Fundação Grupo Boticário, André Ferretti, as tensões geopolíticas e econômicas dificultam a construção de consensos, especialmente diante das diferentes responsabilidades e capacidades dos países. Entre as prioridades, ele destaca a aceleração da transição energética, o financiamento de ações de mitigação e adaptação e a promoção da justiça climática.

"Mais do que propor novas metas e anunciar grandes acordos, o foco deve ser garantir a implementação prática do que já foi negociado. A COP31 precisa apresentar resultados concretos e mensuráveis", afirma o especialista.

Combustíveis fósseis

A redução da dependência de carvão, petróleo e gás natural, responsáveis por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa, deve concentrar parte das discussões. O abandono dessas fontes exige mudanças na matriz energética e em setores como transporte, indústria e construção. Apesar da urgência, a definição de um calendário internacional para essa transição ainda enfrenta resistência entre os países.

Claudio Angelo, coordenador de política internacional do Observatório do Clima, considera que a ausência de uma discussão formal sobre a eliminação dos combustíveis fósseis nos espaços oficiais de negociação compromete os avanços da agenda climática. Para ele, a dificuldade de colocar o tema na mesa revela uma fragilidade do próprio regime internacional do clima. "Minha expectativa para essa COP31 não é muito alta. É difícil até avaliar o que seria um fracasso, porque, a meu ver, ele já está colocado pela recusa dos países em promover uma discussão séria sobre os combustíveis fósseis dentro das negociações."

Angelo lembra que a elaboração de um Mapa do Caminho para orientar o afastamento dessas fontes partiu de uma iniciativa da presidência brasileira da COP30, já que o tema não avançou nos espaços formais de negociação. "Foi necessário que a própria presidência da conferência elaborasse um roteiro por iniciativa própria, porque os países não conseguiram avançar em uma discussão formal. Isso representa uma falha não apenas de uma COP específica, mas do próprio regime climático internacional", avalia.

Além da redução dessas fontes, a presidência turca pretende estimular a eletrificação das atividades econômicas. Uma das propostas é o compromisso voluntário "35 até 35", que busca elevar de aproximadamente 23% para 35% a participação da eletricidade no consumo final de energia mundial até 2035. Para que a iniciativa contribua efetivamente para reduzir as emissões, será necessário ampliar a geração de energia renovável e investir em redes elétricas, armazenamento e eficiência energética.

Outro eixo central será o financiamento climático, especialmente o apoio às nações em desenvolvimento. Na COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, em 2024, os países estabeleceram a meta de mobilizar pelo menos US$ 300 bilhões anuais até 2035 para financiar ações climáticas nesses territórios. Em Antália, as discussões deverão avançar sobre a origem dos recursos, a divisão das responsabilidades e as condições para facilitar o acesso ao dinheiro.

Carlos Nobre, climatologista e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), afirma que o Brasil chegará à COP31 com a missão de defender os Mapas do Caminho para eliminar os combustíveis fósseis e combater o desmatamento até 2030. Para ele, o país deve manter o protagonismo climático. "Temos que ter algum otimismo para que essas ações levem o Brasil a uma liderança no combate a essa grande emergência climática", afirma.

Nobre também defende maior financiamento climático e demonstra preocupação com as emissões dos Estados Unidos, historicamente responsáveis por cerca de 25% do total acumulado desde 1850. "É essencial que, daqui a dois anos, os Estados Unidos elejam um presidente que deverá contribuir muito para combater a emergência climática", ressalta.

Estagiária sob a supervisão de Marcelo Abreu

Pablo Porciuncula/ AFP



Indígenas seguram um globo terrestre gigante e uma imagem do líder indígena cacique Raoni durante a chamada Grande Marcha dos Povos, na COP30, em Belém

> **Temos que ter algum otimismo para que essas ações levem o Brasil a uma liderança no combate a essa grande emergência climática"**
>
> ***Carlos Nobre,*** *climatologista e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP)*

Duas perguntas para

CLAUDIO ANGELO, coordenador de política internacional do Observatório do Clima

O mundo está tentando resolver a crise climática ou apenas aprender a conviver com ela?

A Convenção do Clima e o Acordo de Paris foram criados para resolver o problema, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e evitando uma interferência perigosa no sistema climático. O Acordo de Paris também prevê a adaptação às mudanças inevitáveis e o alinhamento dos fluxos financeiros a uma economia descarbonizada. O perigo, agora, é jogar a toalha em relação à mitigação e achar que basta se adaptar. É óbvio que precisamos ampliar a adaptação, porque os eventos extremos estão cada vez mais frequentes e intensos. Mas, se não acabarmos com o petróleo, o carvão, o gás fóssil e o desmatamento em um prazo muito curto, não conseguiremos enfrentar mudanças climáticas acima de 2°C ou 3°C.

Por que o dinheiro continua sendo um dos maiores obstáculos ao combate às mudanças climáticas?

Porque o dinheiro não veio. Os países ricos, maiores responsáveis históricos pela mudança do clima, não pagam sua dívida climática e ainda insistem que os países em desenvolvimento também precisam financiar as nações mais pobres. Isso cria um impasse permanente nas negociações. Os países mais vulneráveis precisam de financiamento público, com juros abaixo dos praticados pelo mercado, para realizar ações de adaptação. Não faz sentido que aumentem suas dívidas para enfrentar impactos climáticos causados, principalmente, por outros países. É uma questão de equidade e justiça. Além disso, países que eram considerados em desenvolvimento na década de 1990, como Arábia Saudita e Emirados Árabes, hoje são muito ricos e também precisam contribuir. O problema é que países como Estados Unidos, Canadá, Japão e os europeus ainda não chegaram perto de sua contribuição justa. Por isso, se tivesse que apostar no que vai causar confusão em Antália, apostaria que será o financiamento climático.

» Tubo de ensaio | Fatos científicos da semana

SEGUNDA-FEIRA, 2

DANOS IRREVERSÍVEIS

Superar 1,5ºC de aquecimento do planeta terá consequências "irreversíveis" para as geleiras, o gelo marinho (banquisas) e as superfícies congeladas da Terra, advertiu a Organização das Nações Unidas em dois relatórios. O Acordo de Paris de 2015 limitou o aumento das temperaturas a 1,5ºC em relação à era pré-industrial, mas a ONU e muitos especialistas já consideraram decisivamente que esse número será ultrapassado. Isso provocará consequências "importantes e muitas vezes irreversíveis" nas "regiões do planeta identificadas pela presença de neve, gelo e solos congelados", aponta um dos relatórios. Alguns impactos já são visíveis, como o desaparecimento de 20% da massa glacial na Suíça, indica o documento. Segundo a rede europeia Copernicus, o limite de 1,5ºC pode ser ultrapassado definitivamente por volta de 2030.



Richard Jones/Divulgação

TERÇA-FEIRA, 3

PRIMEIRA MORTE EM TRÊS DÉCADAS

Uma criança morreu em Nova York após contrair sarampo, no primeiro óbito provocado pela doença no estado em 30 anos. Não foram divulgadas informações sobre o menor — inclusive gênero e idade —, que faleceu no condado de Lewis, no norte do estado, segundo as autoridades locais e estaduais. "Estou de coração partido ao saber que uma criança do condado de Lewis morreu depois de contrair sarampo", afirmou a governadora de Nova York, Kathy Hochul, em um comunicado. "Como mãe e avó, não consigo imaginar o que a família está passando", acrescentou. A democrata pareceu relacionar a morte às políticas de saúde do governo do presidente republicano Donald Trump, ao afirmar que é "uma recordação devastadora do que está em jogo quando Washington, deliberadamente, corrói décadas de avanços na proteção dos americanos contra doenças evitáveis". Os Estados Unidos enfrentam o pior surto de sarampo em 35 anos.



Benediction Murhabazia/FP

QUARTA-FEIRA, 4

OMS INVESTE EM COMBATE AO EBOLA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aprovou ensaios clínicos para duas novas vacinas contra o ebola, em meio a uma epidemia na África que matou mais de 5,3 mil pessoas em cinco meses. Nesse período, 10,4 mil casos da doença foram diagnosticados. No mês passado, teve início um ensaio clínico com a vacina Ervebo, aprovado contra a cepa Zaire do vírus ebola — o mais comum —, mas não contra a variante Bundibugyo, afirmou aos jornalistas o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. "Os grupos de especialistas da OMS recomendam incluir dois candidatos à vacina nos ensaios", assinalou. Ambos são candidatos a vacinas contra a cepa Bundibugyo, responsável pela atual epidemia.

QUINTA-FEIRA, 5

O USO MILENAR DA CANNABIS COMO PSICOATIVO

A cannabis é uma das plantas psicoativas mais utilizadas atualmente. No entanto, é difícil determinar arqueologicamente como ela era utilizada na pré-história. Partes da planta, como flores, folhas e resinas, são perecíveis e raramente sobrevivem. Sabe-se que a cannabis tinha diversas finalidades, como a produção de óleo ou fibra, e não era utilizada exclusivamente como medicamento ou droga. Uma equipe internacional de pesquisa, liderada por Gino Caspari, do Instituto de Ciências Arqueológicas da Universidade de Berna, na Suiça, e do Instituto Max Planck de Geoantropologia, combinou diversos métodos analíticos em sua investigação de um túmulo principesco na República de Tuva, no sul da Sibéria. Cerca de mil sementes de cannabis foram recuperadas do local. Seis delas foram submetidas a testes de datação pelo método de radiocarbono. Segundo o estudo publicado na revista *Science*, elas foram colocadas na tumba no início do século 8 a.C.